

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 251-11-5517 700 Cables: OAU, Addis Ababa

CONSELHO EXECUTIVO
11ª Sessão Ordinária
25 – 29 de Junho de 2007

ACRA – GANA

EX.CL/335 (XI)

RELATÓRIO DO COMITÉ MINISTERIAL DE
CANDIDATURAS PARA O SISTEMA INTERNACIONAL

1. A 4ª Sessão da Conferência dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) reuniu-se em Adis Abeba, Etiópia, de 29 de Março a 3 de Abril de 2007.
2. Tomaram parte nesta Conferência quarenta e cinco países, Estados Membros não regionais, observadores da ONU, organismos das Nações Unidas, organizações governamentais pan-africanos, instituições financeiras regionais e internacionais,
3. Em conformidade com as decisões tomada pela Conferência dos Ministros Africanos de Economia e Finanças (CAMEF II), adoptadas pela Cimeira os Chefes de Estado e de Governo em Janeiro de 2007, foi criado pela primeira vez um Secretariado conjunto CEA/CUA para proceder à Organização dos trabalhos desta conferência e, ao mesmo tempo, lançar o processo da preparação e organização da próxima Conferência, agendada para 2008.
4. A Conferência teve como tema principal “Acelerar o crescimento e o desenvolvimento de África para a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD); Novos desafios e perspectivas”.
5. A análise da situação económica e social dos Estados Membros em 2006 demonstrou uma melhoria significativa da taxa de crescimento global da economia africana durante os últimos dois anos. Porém, os progressos alcançados são desiguais tanto a nível dos países como a nível das regiões ou seja, para além do objectivo de 7% fixado para a realização dos OMD e a redução da pobreza em África.
6. A subida brusca do preço do petróleo no mercado mundial, não obstante os esforços envidados por vários países nas suas reformas macro-económicas, teve efeitos perversos no crescimento das economias vulneráveis dos países fortemente dependentes das importações energéticas.
7. Perante esta situação, que anula os esforços nacionais em matéria do relançamento rápido do crescimento, foram formuladas recomendações com vista a reduzir a dependência energética, desenvolver as energias renováveis, mobilizar com eficácia os recursos internos e externos, reforçar a acção dos poderes público e da parceria público-privado e intensificar os esforços para ajudar os países na elaboração e implementação de estratégias melhor adoptadas e mais eficazes.
8. A Conferência adoptou um Plano de Acção para o período 2007-2009 da CEA, o que demonstra a ligação entre as prioridades e as actividades levadas a cabo pelos parceiros de desenvolvimento no quadro das orientações definidas pela União Africana. O referido Plano de Acção, lançado conjuntamente pelo

Secretário Geral da ONU, pelo Presidente da Comissão da União Africana e pelo Presidente do BAD, mais tarde adoptado pelos Chefes de Estado e de Governo em Janeiro de 2007, constitui um quadro estratégico e uma visão da CEA para o desenvolvimento da económica africana.

9. A Conferência debruçou-se em seguida sobre a análise das estratégias e prioridades dos programas proposto para acelerar a realização dos OMD. Durante os debates, os participantes sublinharam a necessidade e a urgência do desenvolvimento de capacidades e estatísticas em todos os Estados Membros bem como o lançamento rápido do Fórum Regional para o Emprego, de tal modo a ajudar os países africanos na elaboração e na implementação das estratégias adaptadas para o desenvolvimento rápido e sustentável bem como para a redução da pobreza.

10. A Conferência constatou que os fracos progressos da África estão também ligados à falta de respeito dos compromissos tomados pela Comunidade Financeira Internacional tanto ao nível da ajuda pública ao desenvolvimento como no cancelamento da dívida e no aumento dos investimentos externos directos. As decisões tomadas no consenso de Monterrey e no Plano de Acção para o período 2001-2010, em Bruxelas, para os Países Menos Avançados (PMA), foram objecto de uma implementação praticamente fraca. Esta situação compromete a capacidade desses países na realização atempada dos OMD.

11. Para atingir os OMD e reduzir a pobreza, foram realçados cinco desafios, designadamente o crescimento, o emprego e a desigualdade, o financiamento de investimentos no sector privado, o ambiente da tomada de decisões e a planificação, a parceria e a globalização bem como a paz e segurança.

12. A Conferência sublinhou igualmente a necessidade de alinhar as estratégias de redução da pobreza elaboradas no quadro dos Documentos de Estratégia da Redução da Pobreza (DSRP), aconselhadas pelas instituições de Bretton Woods sobre os OMD.

13. Foi recomendada uma maior flexibilidade na escolha de políticas macro-económicas para oferecer aos países africanos os meios apropriados da aceleração e diversificação do crescimento, tendo em vista a realização atempada dos OMD.

14. Durante os debates foi sublinhada a prioridade que deve ser dada ao desenvolvimento integrado e sustentável das zonas rurais, através do aumento da produtividade agrícola, da diversificação da intensificação da produção, da construção, de infra-estruturas de base para facilitar as comunicações, assegurando deste modo o crescimento rápido das trocas comerciais e a melhoria dos rendimentos das populações. Deve ser realizado conjuntamente

um processo de acompanhamento e avaliação dos OMD pelas organizações pan-africanas (CUA, CEA, BAD, etc.).

15. Os Ministros afirmaram que a realização dos OMD representa um objectivo mínimo de crescimento económico, do desenvolvimento sustentável, da redução da pobreza e de desigualdades. Os trabalhos demonstraram o papel fundamental da governação, da criação de instituições democráticas e do diálogo social na implementação dos OMD. A gestão transparente e eficiente bem como a participação permitirão a responsabilização de todos os actores económicos, a libertação de iniciativas e o apoio ao crescimento. O desenvolvimento, único meio para a realização dos OMD, de acordo com os participantes, apenas poderá ser feito num ambiente de paz e segurança.

16. A declaração dos Ministros enquadra-se no cumprimento das decisões tomadas em várias conferências organizadas sobre esta matéria bem como no âmbito dos compromissos assumidos em 2002 (Monterrey) e em 2005 (ONU e Cimeira do G-8) sobre o financiamento do desenvolvimento dos países pobres em África.

17. A análise do desempenho das economias africanas provou também que, a partir da Cimeira de Banjul, registou-se uma evolução desigual das CERs, tendo feito igualmente um diagnóstico exaustivo das causas reais dos atrasos observados. Perante as dificuldades enfrentadas por vários países para fazer uso das decisões tomadas em diferentes conferências e reuniões internacionais, a CEA envolveu-se no apoio dos esforços desses países que visam o desenvolvimento das respectivas economias.

18. Os estudos feitos no âmbito do financiamento da integração regional recomendaram a busca de mecanismos autónomos para a consolidação da base financeira das CERs e assegurar a exploração eficiente dos recursos do Consórcio de financiamento de infra-estruturas, criado pelo G-8.

19. A Conferência realçou que, no quadro da integração regional, deve ser dada prioridade à formação no domínio das novas tecnologias. Os Ministros lançaram um apelo para uma mobilização eficiente dos recursos regionais, tendo em vista o financiamento de programas prioritários de desenvolvimento.

20. Os participantes analisaram o documento “Ajuda para o Comércio”, proposto pela OMC, para avaliar o seu impacto no desenvolvimento de África. Os debates incidiram a formação, assistência técnica e massa crítica para prestar melhor apoio ao desenvolvimento.

21. Por outro lado, a CEA apresentou o seu programa de comparação internacional (PC) de estatísticas, cujo objectivo é o de reforçar as capacidades dos Estados Membros e das CERs nesta área, promover a harmonização, a

integração e a implementação de estratégias de desenvolvimento capazes de acelerar a integração regional.

22. A integração económica regional constitui o quadro apropriado para a realização de políticas e estratégias eficientes de redução da pobreza e das desigualdades. Para o efeito, o reforço das capacidades estatísticas dos Estados Membros e das CERs é um dos instrumentos mais apropriados para a orientação e realização eficiente dessas políticas.

23. No que diz respeito à NEPAD, os participantes, depois de terem conhecimento dos esforços envidados pela Comissão da União Africana, saudaram a vontade exprimida pela CEA para uma melhor coordenação das acções levadas a cabo pelo sistema das Nações Unidas neste domínio. A Conferência reiterou o seu compromisso para com a NEPAD, o que constitui o meio apropriado que permite acelerar a realização dos OMD.

24. A Conferência procedeu à análise dos mecanismos inter-governamentais da CEA, designadamente: 1) Conferência anual conjunta CUA/CEA dos Ministros de Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico; 2) Substituição dos Comitês Inter-governamentais de Peritos para Conferência Ministeriais Regionais; 3) Organização de instâncias subsidiárias da Comissão em sete comitês sectoriais.

25. Após a adopção do Plano de Acção para o período 2007-2009 da CEA, lançado pelo Secretário Geral da ONU, pelo Presidente da CUA e pelo Presidente do BAD, mais tarde aprovado pela Conferência dos Chefes de Estado, mais tarde aprovado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Janeiro de 2007, os Ministros analisaram os programas sectoriais, identificados para acelerar o crescimento e a realização dos OMD.

26. Para a realização dos OMD, a Conferência recomendou a consolidação da paz, o apoio aos investimentos nas áreas de infra-estruturas, agricultura, saúde e educação bem como a mobilização de recursos financeiros africanos.

27. O reforço das capacidades em matéria da governação, de instituições democráticas e do diálogo social na estratégia da redução da pobreza será complementado pela integração regional assim como pela formação na área das novas tecnologias. O respectivo acompanhamento será assegurado pelos organismos pan-africanos competentes.

2007

Report of the UN-ECA conference of African ministers of finance, planning and economic development

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4454>

Downloaded from African Union Common Repository